

LEI Nº 1830, DE 28 DE ABRIL DE 2003



**DISPÕE SOBRE A DEFINIÇÃO DE OBRIGAÇÕES DE PEQUENO VALOR, COMO DETERMINA O ART. 100, § 3º, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL; AUTORIZA A CELEBRAÇÃO DE ACORDO EM AUTOS DE RECLAMAÇÃO TRABALHISTA EM TAIS CASOS E EM OUTROS, NA FORMA QUE MENCIONA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

O PREFEITO MUNICIPAL DE TIBAGI. Faço saber que a Câmara Municipal de Tibagi, Estado do Paraná, aprovou e eu, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte LEI:

**Art. 1º** Para efeitos do art. 100, § 3º da Constituição Federal, as obrigações definidas como de pequeno valor, a serem pagas independentemente de precatórios, terão como limite para a Fazenda Municipal da Administração direta ou indireta, o valor igual ou inferior a vinte salários mínimos.

**Art. 2º** Tratando-se de obrigação de pagar quantia certa, em execução considerada de pequeno valor - após o trânsito em julgado da decisão - o pagamento será realizado no prazo de até sessenta dias da entrega da requisição.

**Art. 3º** Veda-se a expedição de precatório complementar ou suplementar de valor pago, bem como fracionamento, repartição ou quebra do valor em execução, com a finalidade de permitir que o pagamento se faça, em parte na forma estabelecida no art. 1º, e em parte mediante a expedição de precatório.

**Art. 4º** Quando o valor da execução ultrapassar o definido na forma do art. 1º, o pagamento será feito sempre através de precatório, facultado à parte exeqüente a renúncia ao crédito excedente, viabilizando assim o pagamento na forma preceituada para as obrigações de pequeno valor.

**Art. 5º** As obrigações decorrentes de processos judiciais, cujos precatórios requisitórios tenham sido determinados anteriormente à data da promulgação da Emenda Constitucional no 37 (13.06.2002), ainda que tenham seus valores compreendidos no limite de obrigações de pequeno valor, serão cumpridas conforme o estabelecido no caput do art. 100 da Constituição

Federal.

**Art. 6º** Fica o Município de Tibagi autorizado a celebrar acordo em autos de reclamação trabalhista, em sua fase cognitiva, desde que a obrigação não ultrapasse o valor expresso no art. 1º, atendidos os seguintes requisitos:

I - existência de parecer jurídico demonstrando as vantagens ao erário público quanto ao acordo a ser formulado;

II - previsão orçamentária em rubrica distinta da relativa ao pagamento de precatórios judiciais pendentes de cumprimento;

III - inexistência de cláusula penal a pesar sobre o acordo a ser formulado;

IV - compromissos fiscais e previdenciários vinculados à responsabilidade exclusiva do reclamante;

V - juntada aos autos, além da petição do acordo, de cópia da presente lei e do parecer jurídico competente, referido no inciso I, bem como da comprovação da existência de rubrica própria.

VI - manifestação prévia, à homologação do acordo, pelo Ministério Público do Trabalho.

**Art. 7º** Em processos transitados em julgado, pendentes de quitação através de precatório requisitório, independentemente do valor, também poderá ser celebrado acordo, desde que o pagamento - comprovadamente - não implique em preterição ou inversão na ordem cronológica de outros precatórios requisitados com data anterior; subordinado tal acordo ao disposto nos incisos I, III, IV, V e VI do artigo anterior.

**Art. 8º** Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TIBAGI, em 28 de abril de 2003.

JOSÉ TIBAGY DE MELLO  
Prefeito Municipal